

IDENTIDADE ÉTNICA: PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS

Ethnic identity: teenagers Quilombolas' perception

Thais de Andrade Alves¹
Elane Nayara Batista dos Santos¹
Ivana Mota dos Santos¹
Renata Lopes de Oliveira²
Maria Carolina Ortiz Whitaker³
Cristina Andrade Sampaio⁴
Climene Laura de Camargo⁵

Resumo: Introdução: a identidade de um indivíduo começa a ser construída na adolescência, caracterizando-se como um processo contínuo e influenciado por fatores externos. Quando é afirmada a partir da existência e diferença entre grupos, podemos defini-la como identidade étnica. Comunidades marcadas pelas tradições culturais desenvolvem um comportamento tipicamente étnico, como pode ser percebido em comunidades remanescentes quilombolas. A valorização da identidade étnica, por adolescentes, pode ser um fator positivo para a preservação de suas tradições e costumes. **Objetivo:** apreender a percepção de adolescentes de uma comunidade quilombola sobre sua identidade étnica. **Método:** trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, realizado na comunidade quilombola de Vila Monte Alegre, tendo como sujeitos seis adolescentes. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, respeitando os preceitos éticos da resolução 466/2012. **Resultados e discussão:** a análise das entrevistas possibilitou a identificação de duas categorias: percepções sobre identidade étnica e Influências no reconhecimento da identidade étnica. **Considerações finais:** os adolescentes deste estudo se reconhecem como quilombolas e possuem consciência crítica e política a respeito da comunidade em que vivem, sendo este fato de extrema importância para a proposição de ações de enfrentamento dos problemas locais e estratégias de superação da exclusão histórica que vivenciam.

Palavras-chave: Saúde; Adolescentes; População Negra; Empoderamento; Identidade Étnica.

- 1 Enfermeira graduada pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Membro do grupo de pesquisa CRESCER da Escola de Enfermagem da UFBA.
- 2 Mestre em Ciência Animal nos Trópicos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Membro do grupo de pesquisa CRESCER da Escola de Enfermagem da UFBA.
- 3 Doutora em Ciências da Saúde pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP. Membro do grupo de pesquisa CRESCER da Escola de Enfermagem da UFBA.
- 4 Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.
- 5 Pós-Doutora em Sociologia da Saúde na Universidade René Descartes/Sorbonne - FR. Coordenadora o Grupo de Estudos da Saúde da Criança e Adolescente - Grupo CRESCER.

Autor para correspondência: Thais de Andrade Alves.
E-mail: thaisaland@hotmail.com

Artigo recebido em: 20/05/2017.
Artigo aceito em: 25/05/2017.
Artigo publicado em: 27/06/2017.

Abstract:Introduction: the identity of a person begins to be constructed at adolescence, being characterized as a continuous process influenced by external factor. When it is affirmed from the existence and difference between groups, we can define it as ethnic identity. Communities marked by cultural traditions develop a typical ethnic behavior, as can be seen in some residual quilombola's communities. The appreciation of ethnic identity by adolescents can be a positive factor for the preservation of their traditions and customs. **Objective:** the aim of this study is to understand the teenagers' perception of a quilombola's community about their ethnic identity. **Methods:** this is a qualitative and descriptive study realized in the quilombola's community at Vila de Monte Alegre, having as subjects six adolescents. The data were collected by semi-structured interviews and analyzed through Bardin's method, respecting the ethical precepts of the resolution 466/2012. **Results and Discussion:** through the interviews were identified two categories: Perceptions about Ethnical Identities and Ethnic Identity Recognition Influence **Conclusion:** the teenagers of this study has recognized themselves as quilombola's and have a critical and political consciousness about the community where they live. It is an important fact for the confrontation actions proposition for the local problems and an overcoming strategy for the historical exclusion that they have faced so far.

Keywords: Health; Adolescents; African Continental Ancestry Group; Empowerment; Ethnic Identity.

INTRODUÇÃO

Na adolescência, a identidade pessoal de um indivíduo começa a ser construída, caracterizando-se como um processo contínuo e influenciado por fatores externos. Assim, o modo como o adolescente se identifica depende de como ele irá processar as mudanças corporais e ideológicas pelas quais passará ao longo da vida¹.

Um sujeito constrói sua identidade a partir dos significados que ele atribui a uma experiência cultural. Dessa forma, a identidade pode ser definida como algo que confere significado a um povo. Nesse contexto de construção, surgem três tipos de identidade: a legitimadora, que é exercida por instituições dominantes com o objetivo de expandir tal dominação; a de projeto, criada por indivíduos por meio de qualquer material cultural e que acaba por redefinir a posição social destes; e a de resistência, que surge quando sujeitos explorados, desvalorizados, discriminados ou estigmatizados criam maneiras de resistir e sobreviver à dominação por meio de princípios diferentes dos regidos pela sociedade².

A identidade étnica é definida como a afirmação do “nós” diante dos “outros”, não podendo ser afirmada isoladamente. Um grupo étnico se organiza socialmente através da sua perpetuação biológica; compartilhamento de valores culturais; comunicação e interações próprias; e identificação dos membros do seu grupo e de outros grupos³.

As comunidades marcadas pelas tradições culturais podem desenvolver um comportamento típico relacionado com a identidade étnica construída, ou seja, podem apresentar, ou não, características marcantes de orgulho étnico, como podemos perceber em algumas comunidades remanescentes quilombolas.

As comunidades quilombolas foram unidas de apoio mútuo, criadas por negros escravizados e fugidos que lutavam contra a escravidão no Brasil colonial⁴. Assim, pode-se dizer que a criação dos quilombos, no período colonial, e a sua persistência até os dias atuais representa um tipo de identidade de resistência⁵.

Por meio da quebra dos vínculos coloniais e das mudanças decorrentes dos projetos de industrialização, após a abolição da escravidão, a população negra é incorporada ao processo produtivo de acamponesamento, ou seja, a situação dos grupos negros em relação às práticas de expropriação e controle da terra, não foram alteradas, fazendo com que estes continuassem à margem da sociedade. Apenas entre os anos de 1970 e 1980 é que as necessidades dos povos quilombolas passaram a ser discutidas na Assembleia Nacional Constituinte, fazendo com que esse grupo fosse reconhecido na Constituição por meio do artigo 68, devido à pressão e forte mobilização de militantes do Movimento Negro⁴.

Esse movimento, presente ainda nos dias atuais, busca combater as injustiças sociais e utiliza, como pauta de suas mobilizações e reivindicações políticas, as questões raciais⁶. Isso porque a discriminação racial, vivenciada historicamente desde o período escravocrata, continua ocasionando os mais graves tipos de violência, vulnerabilização social, econômica e psicológica em uma parcela significativa da população negra brasileira.

Essas desigualdades sociais, além de influenciarem negativamente as condições de saúde desse contingente populacional, já que elas estão relacionadas a contextos políticos, socioeconômicos, culturais e ambientais, também fazem com que a autoestima da população negra seja fragilizada, enfraquecendo a construção de sua identidade pessoal e étnica.

Sabendo que a identidade étnica fortalecida pode impulsionar ações de mobilização social e se constituir como um fator de proteção contra a dominação, bem como ser um instrumento de redefinição de uma posição social, o presente estudo objetiva apreender a percepção de adolescentes quilombolas sobre sua identidade étnica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, desenvolvido na comunidade quilombola de Vila Monte Alegre. Com aproximadamente 100 habitantes, essa comunidade não possui saneamento básico, serviço de água potável e a maioria da população vive em casas de taipa. Além disso, o serviço de saúde mais próximo fica localizado em outra comunidade. Tais fatores, associados aos baixos níveis educacionais e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, acabam por gerar diversos problemas que interferem na qualidade de vida dessa população^{7,8}.

A aproximação com o campo de pesquisa ocorreu desde o ano de 2013, possibilitando aos pesquisadores contato suficiente para o reconhecimento dos aspectos socioculturais inerentes à comunidade. A coleta das entrevistas foi realizada em janeiro de 2016. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com o auxílio de um gravador de voz. Os participantes foram seis adolescentes, nativos de Vila Monte Alegre, na faixa etária entre 14 e 17 anos. A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo na modalidade temática⁹.

O presente estudo foi aprovado pelo parecer do Comitê de Ética da Universidade Federal da Bahia, sob o número 1.239.446, em 22 de setembro de 2015 e faz parte de um projeto guarda-chuva denominado “Acesso e Assistência à Saúde Infantil em Comunidades Quilombolas: Caminhos para a

equidade no SUS”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas possibilitou identificar duas categorias. A primeira, Percepções sobre identidade étnica, foi subdividida em duas subcategorias: “Reconhecimento étnico e racial” e “A visão do outro sob o olhar do adolescente”. A segunda categoria, Influências no reconhecimento da identidade étnica, foi subdividida em quatro subcategorias: “História de Vila Monte Alegre”, “Cultura e tradições”, “Relacionamentos interpessoais”, “A visão do adolescente sobre a comunidade em que vive”.

Percepções sobre identidade étnica

A identidade étnica é uma identidade coletiva influenciada por conjunturas sociais e políticas. A identidade étnica está em constante construção social, já que essa construção é resultante do contato com outros grupos e da absorção de elementos culturais distintos. O surgimento de um grupo étnico ocorre quando um grupo reconhece diferenças entre ele e outros grupos por meio da afirmação, instituindo as fronteiras étnicas do “nós” e do “eles”¹⁰.

Dessa forma, buscamos apreender as concepções que consolidam as percepções dos adolescentes sobre si mesmos, sobre o outro e sobre a comunidade em que vivem, considerando que estes fatores os distinguem como um grupo étnico. Nesta categoria, foi possível identificar as seguintes subcategorias: “Reconhecimento étnico e racial” e “A visão do outro sob o olhar do adolescente”.

Reconhecimento Étnico e racial

Vila Monte Alegre foi certificada pela Fundação Palmares como comunidade quilombola

recentemente - no ano de 2006 - e, mesmo assim, os adolescentes nativos se reconhecem como descendentes quilombolas, demonstrando segurança e altivez:

“Eu sou um descendente de um povo quilombola [...] eu gosto de ser o que eu sou”. (E1)

“Eu me reconheço como uma descendente de quilombola”. (E2)

O Decreto de Nº 4.887/2003, por meio do seu artigo 2º, considera como remanescentes de comunidades quilombolas: grupos étnico-raciais que se autoatribuem, com trajetória histórica própria, presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e dotados de relações territoriais específicas¹¹.

Segundo a diretora da Escola Municipal Santo Antônio, localizada na comunidade estudada, o conceito de comunidade quilombola é desenvolvido no ambiente escolar, desde as primeiras séries, conforme a Lei 10.639/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira¹². Essa prática, também, está em conformidade com a resolução de Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que, em seu artigo 1º, estabelece diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica, na qual o ensino ministrado nas instituições educacionais devem organizar-se, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: da memória coletiva; das línguas remanescentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; da territorialidade¹³.

Possivelmente, os adolescentes deste estudo definem-se como quilombolas, de forma segura, devido ao fato de se sentirem pertencentes a uma comunidade, composta basicamente por pessoas com laços consanguíneos, que reconhecem e sentem orgulho de suas tradições, como podemos perceber nas seguintes falas:

“Eu gosto de ser o que eu sou [descendente de um povo quilombola][...] Pra mim [ser quilombola] é seguir a tradição que os mais velhos tinham antes de nós. Que o povo quilombola tinha antes de nós”. (E1)

“Pra mim comunidade quilombola é ver nossa tradição, nossa cultura, seguir nossos antepassados, que eu acho que é uma coisa muito boa [...]vivo em uma comunidade cheia de tradição, comunidade que eu gosto de morar [...] eu me sinto bem aqui, e não gostaria de sair daqui e morar em outro lugar”. (E2)

Os laços de parentesco dos membros da comunidade de Vila Monte Alegre parecem promover os vínculos de confiabilidade e intimidade, favorecendo o cuidado dos membros entre si. A comunidade de Vila Monte Alegre é composta por descendentes ou cônjuges de uma mesma família. Os membros dessa comunidade buscam manter e preservar os ensinamentos e práticas socioculturais transmitidas por meio das gerações⁷.

Apesar de nenhum adolescente trazer definições complexas ou fazer menção aos direitos e deveres dos remanescentes das comunidades quilombolas, os participantes deste estudo utilizam expressões bastante apropriadas para definirem o que é um quilombo:

“Eu acho que [comunidade quilombola] é uma

comunidade que veio de outras épocas...”. (E3)
 “[Comunidade quilombola] é uma comunidade que antigamente os povos que moravam aqui, aqui era o lugar que eles se refugiavam, vinham pra se esconder de algo, alguma coisa”. (E4)

No Brasil, os quilombos foram núcleos paralelos de poder, produção e organização social, formados por negros fugidos que, através desses espaços, resistiram ao sistema escravocrata. Além disso, indígenas e brancos desertores agregavam-se aos quilombos⁵.

Apesar de alguns adolescentes demonstrarem conhecimento e orgulho de suas raízes étnicas, o mesmo não acontece, de maneira tão incisiva, com a identidade racial. Ao serem questionados sobre como se declaram em relação ao quesito raça/cor, alguns demonstraram dúvidas e posicionamentos ambíguos em relação à cor:

“Tô em dúvida entre duas [raça/cor], mas acho que preta, me considero preta”. (E2)

“Eu acho que eu sou indígena”. (E3)

“Sei lá, indígena”. (E5)

A autoatribuição da cor pode revelar uma dissonância entre como o indivíduo se reconhece e como o outro o vê, causando vieses de categorização na classificação racial dos indivíduos. No Brasil, a raça/cor e o fator socioeconômico estão interligados, fazendo com que pessoas pretas se autodeclarem como pardas ou outras derivações de cor, à medida que suas posições socioeconômicas se elevam¹⁴:

“Porque tem muita gente que tem uma pele escura, mas não gosta de dizer que é morena. Eu não, eu gosto de ser morena”. (E4)

Na fala acima, percebe-se que a entrevistada diz ter uma pele escura, porém evita falar que é preta, utilizando o termo morena para falar da sua cor. No Brasil, a palavra “moreno” é utilizada como eufemismo. Esse recurso é aplicado como forma de fuga da realidade brasileira, em que a discriminação impera, o preconceito é revelado em situações simples e justificado pela crença da democracia racial¹⁵.

A visão do outro sob o olhar do adolescente

A visão de um sujeito sobre um outro está relacionada à ideia da alteridade. A alteridade designa o caráter do que é o outro, ou seja, é o produto de um processo de construção e de exclusão social que pode ocorrer em níveis interpessoal e intergrupal¹⁶.

Os adolescentes percebem que os visitantes que vão à comunidade possuem um estilo de vida e cultura diferentes da deles. Esse fato é revelado por meio das seguintes falas:

“Eu acho que eles [visitantes externos] também acham que aqui, a comunidade é diferente deles, não pela aparência alguma coisa assim, mas pelas tradições, as religiões, que são diferentes”. (E1)

“Ah eu acho que eles [visitantes externos] gostam viu, porque quem vem, sempre volta. Sempre voltam, tem gente mesmo aqui que há anos vem pra festa de Reis. Então, quando chega alguém aqui de fora, que você já vê essa pessoa, essa pessoa vem logo te abraçar, fala ah eu gostei do outro ano, que foi uma festa incrível. É isso, esse pessoal de fora gosta de novidade, eu acho que eles vêm à procura de uma coisa que não encontram na cidade grande”. (E4)

Um grupo pode ser definido etnicamente

por meio da forma como se identificam ou são identificados por outros. Apesar do dinamismo que permeia a cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo, as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros. Sendo assim, um grupo étnico se organiza levando-se em consideração sua diferença e não as semelhanças com outros grupos¹⁰.

Nesse sentido, a percepção dos adolescentes sobre sua identidade étnica perpassa pelo que eles apreendem da percepção do outro sobre sua própria comunidade: beleza natural, receptividade das pessoas, entre outros:

“Aqui é um lugar invejável [...] as pessoas [visitantes externos] também elogiam muito quando vêm pra cá, porque aqui eles são bem recebidos [...] a gente sempre recebe bem nossos visitantes”. (E2)

“Ah eu acho que [visitantes externos] acham bom, porque é um lugar bom, no caso”. (E3)

No olhar do outro sobre a comunidade, pontos negativos podem ser revelados:

“Algumas [pessoas/ visitantes externos] falam que é boa, outras falam que é ruim[...] que falta uma praia, alguma coisa assim”. (E3)

“Tem umas pessoas [visitantes externos] que acham chato [a comunidade] e outras que acham bom”. (E5)

Santos e Chaves¹⁸ (2007) coadunam com os discursos supracitados, através dos resultados do estudo realizado no distrito de Tijuaçu, remanescente quilombola localizado em Senhor do Bonfim - BA. De acordo com a visão do quilombola, sob o olhar dos outros, encontram-se discursos dicotômicos: o positivo, que considera o lugar como tranquilo, bom

de viver e invejável; e o negativo, que considera a comunidade um lugar ruim, abandonado, que não vai para a frente.

A forma como o outro enxerga determinado grupo ou indivíduo está relacionada com sua própria identidade social, que abrange não só a identificação, como também a noção de grupo. Dessa forma, quando nos deparamos com uma relação interétnica, surge a identidade contrastiva que se exprime como um sistema de oposições ou contrastes; esta se constitui como a essência da identidade étnica. Se para afirmar uma identidade étnica, é preciso que outra seja negada, podemos dizer que “o etnocentrismo, como sistema de representações, é a comprovação empírica da emergência da identidade étnica em seu estado mais ‘primitivo’”, como citado por Oliveira³ (2003, p.120).

Influências no reconhecimento da identidade étnica

A identidade determina a autoestima e a maneira de existir de um sujeito. É construída por meio da individualidade: aquilo que o indivíduo vive; temporalidade: transformações adquiridas com o tempo; sociabilidade: o contexto social em que o indivíduo está inserido; e historicidade: o contexto histórico¹⁵.

Assim, para que se possa entender a identidade dos adolescentes quilombolas, também, devemos conhecer sua comunidade, a forma como se relacionam entre si, como vivem, entre outros fatores. Dessa forma, essa categoria foi subdividida em quatro subcategorias: “História de Vila Monte Alegre”, “Cultura e tradições”, “Relacionamentos interpessoais”, “A visão do adolescente sobre a comunidade em que vive”.

História de Vila Monte Alegre

Como mencionado acima, a historicidade é um dos elementos que faz com que uma identidade

seja construída. A história pessoal é estruturada por meio de uma memória individual, apesar de algumas vezes precisar ser rememorada pela lembrança de outros, ela depende daquilo que foi visto, vivido, sentido, realizado e pensado pelo indivíduo que a carrega. No entanto, a história de um grupo é estruturada por uma memória coletiva. Esse tipo de memória é ampliada, através da conversação e da leitura, já que, muitas vezes, o indivíduo não esteve presente, por exemplo, na ocorrência de fatos históricos, precisando confiar inteiramente na memória dos outros¹⁷. Assim, nesta subcategoria, é possível apreender a memória coletiva da história da Vila Monte Alegre.

“Eu sei que aqui não era nem uma comunidade. Se tornou uma comunidade depois que meu bisavô Z.C veio pra cá, ele tinha até um nome que agora não lembro. Ai ele formou a comunidade de Monte Alegre. O povo diz que aqui se chama Monte Alegre porque o povo é alegre, é unido, não acontecem muitas coisas como briga, esses negócios”. (E2)

Neste estudo, a aproximação com a história mais detalhada de Vila Monte Alegre se deu, principalmente, por meio dos relatos de uma líder comunitária, que, além de fazer parte do grupo mais idoso da comunidade, tem forte influência na expressão da religiosidade e atua como parteira e benzedeira local. Neste artigo, será identificada como Dona M.

Segundo os relatos de Dona M., Monte Alegre surgiu após seu pai (J.A.C., mais conhecido por Z.C) comprar o terreno que foi colocado em praça de arrematação pelo governo por volta dos anos 1940. Antes disso, haviam poucos habitantes que residiam em casas de palha. Segundo Dona M., o pai (Z.C) nasceu em Subaúma (Bahia) e não viveu

a época da escravidão, era casado e teve oito filhos, seis deles nascidos na comunidade.

Como se percebe, a fala supracitada do adolescente possui alguns fragmentos da história relatada por Dona M., demonstrando a perpetuação da história entre gerações.

Martins⁷ (2014) relata que a história da formação da comunidade de Vila Monte Alegre teve início quando um homem negro de origem afro, da localidade de Subaúna, chegou à região. Esse homem, na adolescência, iniciou o trabalho com a pesca e mariscagem e na idade adulta tornou-se o fundador, líder espiritual e parteiro da comunidade Vila Monte Alegre.

Em seus estudos, Capinan e Cardel¹⁹ (2011) mencionam que os moradores de comunidades quilombolas possuem uma memória coletiva engendrada na história dos seus grupos, uma vez que são sujeitos sociais inseridos no tempo e nos espaços próprios às suas comunidades. No entanto, por não estarem isolados, sua história passa a modificar-se, uma vez que as redes de relações sociais intergrupais e os desdobramentos das políticas sociais brasileiras vêm-se acentuando.

Em outras falas, surgem relatos dos adolescentes sobre a expansão da comunidade:-

“Porque antigamente o pessoal, essa quantidade de gente não morava aqui [em Monte Alegre]. Morava um tanto lá na Areia Branca, que é bem distante daqui, aí o pessoal foi começando a construir casa. Antigamente não tinha energia também, aí passaram a começar a ter filho, aí foi aumentando a quantidade de pessoas, de casas e hoje tá assim”. (E1)

A comunidade de Vila Monte Alegre possui

cerca de 95% de rede elétrica instalada, entretanto, outros aspectos revelam o subdesenvolvimento estrutural; a maioria das casas é de taipa, os dejetos são eliminados em cercados ou no mato e não há serviço de esgotamento sanitário, nem água potável encanada^{7, 8}. Assim, pode-se deduzir que Vila Monte Alegre, apesar de ter tido uma expansão em número de habitantes através dos anos, pouco se desenvolveu em relação à infraestrutura.

Cultura e tradições

Voltando ao conceito de Castells² (2010), a identidade é compreendida por meio da atribuição de significados às experiências adquiridas por um povo, por meio das suas expressões culturais, entre outros fatores. Assim, identificar a expressão da cultura da comunidade de Vila Monte Alegre por meio dos discursos dos adolescentes quilombolas favorece a apreensão de sua identidade étnica.

Os adolescentes relatam as festividades, que fazem parte de sua cultura e tradição, na comunidade de Vila Monte Alegre:

“Tem dia do Reis que festeja fazendo um samba, o dia do Caruru também, que minha tia faz ali [...] São João, que tem a tradição de ir pra fonte de ma-drugada. Também tem outra tradição da semana santa”. (E1)

“Nossa cultura tem o banho de São João [...] Tem o Caruru, e a gente gosta né? Tem também o Reis que a gente sai porta a porta cantando samba [...] O banho de São João é como São João batizou Jesus, aí toda madrugada [No dia de São João], quatro horas da manhã, a gente desce pra fonte depois da festa, e vai e toma o banho de São Joao e volta pra casa. Uma coisa boa que a gente sai de lá renovado”. (E2)

Pode-se perceber que as festas, citadas pe-

los adolescentes, possuem fortes marcas do sincretismo religioso. A comunidade de Vila Monte Alegre possui como religião predominante o catolicismo atrelado ao candomblé⁷. Os dias religiosos são celebrados com festejos nos quais se pode observar um pouco da cultura da comunidade. No dia de São João, por exemplo, acontece o banho de São João em uma fonte da comunidade. Após as celebrações tradicionais, regadas a comidas e bebidas típicas (milho assado, canjica e licor), os membros da comunidade fazem uma batucada e descem para a fonte onde se banham até o amanhecer do dia.

Para vários autores, no processo de autoatribuição da identidade étnica quilombola, as comunidades têm acionado, como sinais diacríticos, as expressões culturais de festividades (a exemplo do reisado, da marujada etc.), as relações de parentescos (sanguíneo e espiritual) e a cor negra da pele¹⁹.

O sincretismo é um processo inter-religioso, intercultural e interlinguístico que surgiu na época do Brasil colônia, a partir do contato entre portugueses e africanos. A relação entre os santos católicos e as divindades africanas foi estabelecida através de uma correlação, inicialmente consciente. Ao passar do tempo, essa correlação tornou-se inconsciente, à medida que a religiosidade africana e portuguesa mesclava-se de forma estreita. Dessa forma, o sincretismo sustenta o discurso hegemônico que considera a questão racial brasileira como democrática²⁰.

Relacionamentos interpessoais

Os adolescentes relatam que os relacionamentos interpessoais na comunidade em que vivem são harmoniosos:

“Eu acho que é uma comunidade bem associada [entrosados] entre si. Todo mundo tem respeito uns com os outros e cada um respeita o pensar e a

forma deles seguirem uma religião diferente, todo mundo se respeita”. (E1)

“Todo mundo gosta de todo mundo independente de qualquer coisa e nas horas boas todo mundo é feliz, mas na hora ruim não importa se é de mal ou não, todo mundo se ajuda”. (E2)

“Todo mundo se fala, se precisar de uma coisa, todo mundo vai na casa do vizinho, vai pedir, não tem esse negócio de ‘ah eu não vou dar’. Se todo mundo tiver, todo mundo ajuda. Se vier alguém de fora também pedir alguma coisa, se eles tiverem eles dão. Aqui todo mundo se ajuda, todo mundo se gosta”. (E4)

Embora haja uma relação comunitária harmoniosa no cotidiano relatado, em alguns discursos percebem-se contradições:

“Eu mesmo não tenho intriga com ninguém aqui, eu sou de bem com todo mundo, não gosto. Tenho amigas que não são de bem com outras né, mas eu sou amiga das outras e delas, não tem importância pra mim se elas são de mal. Não é porque elas são de mal que eu vou escolher o lado melhor e ficar com a outra, não, eu sou de bem com todo mundo”. (E2)

“Porque aqui as pessoas não são muito unidas né...”. (E4)

De acordo com as falas acima e com a observação empírica da pesquisadora, nos vários momentos de coleta de dados, percebe-se que existe uma divisão territorial, causada por atritos familiares, principalmente entre os adultos de Vila Monte Alegre.

A comunidade é, de certa forma, dividida por seus moradores com a denominação de “Mon-

te Alegre de cima” e “Monte Alegre de baixo”. Os moradores que habitam essas duas ruas apresentam influências religiosas divergentes: “Monte Alegre de cima” segue predominantemente as religiões afrodescendente e católica, e “Monte Alegre de baixo”, a religião evangélica. Além dessa diferença, existe um conflito causado pelo direito do uso da única fonte de água potável da região.

Capinan e Cardel¹⁹ (2011), também, constataram em seu estudo relações conflituosas na comunidade quilombola de Barra e Bananal (Rio de Contas- BA), no qual identificaram que a identidade étnica é permeada por relações de parentesco, pela hierarquia e pelos conflitos entre os grupos familiares.

A visão do adolescente sobre a comunidade em que vive

Os adolescentes veem a comunidade em que vivem de forma positiva. Ao falarem de Vila Monte Alegre, eles destacam a tranquilidade, a calma e as belezas naturais:

“Eu gosto daqui porque é um lugar tranquilo, ninguém é diferente”. (E1)

“Acho que é um lugar bom de viver [...] porque é calmo, não tem muita movimentação que nem cidade assim, carro, alguma coisa assim. Acho que é um lugar legal”. (E3)

“Ah eu gosto da paisagem, tem coisa mesmo aqui que você não encontra em outros lugares, a facilidade né? Com a natureza”. (E4)

“[Vila Monte Alegre] é bom, é tranquilo, não tem nada de acidente. Não têm drogas, esses negócios”. (E6)

No estudo de Santos e Chaves¹⁸ (2007), os

habitantes do distrito de Tijuacu (remanescente de quilombo), localizado no município de Senhor do Bomfim - BA, também enxergam o lugar em que vivem de forma positiva. Os resultados apontam que Tijuacu é representado pela sua população como um lugar maravilhoso, bom de viver, tranquilo, sem brigas, onde as pessoas são unidas e percebem-se como iguais. Porém, aspectos negativos, também, foram destacados, como a grande taxa de analfabetismo, a falta de oportunidade de trabalho e a discriminação por parte dos brancos.

Os adolescentes de Vila Monte Alegre, também, percebem as dificuldades de infraestrutura, o descaso político e o acesso precário à saúde e à educação, o que dificulta o viver cotidiano na comunidade:

“Porque aqui é um lugar pode-se dizer esquecido, principalmente pela política [...] eu gostaria aqui que tivesse uma escola onde a gente não precisasse ir pra Boipeba, porque é muita dificuldade ir pra Boipeba estudar, eu gostaria que aqui tivesse também atendimento médico ou que tivesse um posto pequeno, mas que desse pra atender toda a comunidade. Aqui era pra ter mais recursos, esses negócios”. (E2)

“Porque aqui além de ser pequeno, lugar pequeno não cabe muita coisa, é menos movimentado, menos reconhecido também pelas pessoas”. (E3)

“Aqui tem aquela escola ali e era pra ser igual Boipeba, com as turmas daqui tudo, até o terceiro ano”. (E6)

Não é somente a comunidade de Vila Monte Alegre que vive alijada dos bens públicos, principalmente na área de educação e saúde. Esta é uma triste realidade vivenciada em muitas comunidades quilombolas. O estudo de Silva²¹ corrobora com os discursos supracitados em relação ao acesso precário à saúde, educação e infraestrutura. A população

da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, localizada no estado da Paraíba, possui condições de vida precárias, pois o acesso aos serviços de saúde não é satisfatório, as condições sanitárias são deficientes e o sistema de ensino contempla apenas o Ensino Fundamental. Assim, pode-se perceber a necessidade de políticas públicas voltadas para o estabelecimento de condições de moradia, saúde e de saneamento básico nestas comunidades:

“Eu não acho que tudo é totalmente ruim, porque se não tivesse em lugar nenhum [Escola de Ensino Médio] não tinha oportunidade pra gente, então a gente tem que pegar a oportunidade que nós temos, se é em Boipeba, e ir pra Boipeba até conseguir. Se a gente conseguisse aqui seria até melhor, mas como só em Boipeba, a gente tem que ir pra Boipeba”. (E2)

Na fala acima, podemos perceber que a falta de uma consciência crítica sobre seus direitos, contribui para que o adolescente acredite que as barreiras sociopolíticas que impedem ou dificultam o desenvolvimento comunitário sejam também uma responsabilidade individual. A responsabilidade de garantir o direito dos adolescentes deve ser compartilhada entre diferentes entidades, principalmente, pelos órgãos que compõem o poder público.

O Estatuto da Criança e do Adolescente²² (1990) traz, em seu artigo 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Mesmo assim, os adolescentes deste estudo destacam estratégias de enfrentamento da situação de descaso da atenção pública que vivenciam e apontam algumas perspec-

tivas futuras, demonstrando interesses políticos:

“[Haveria melhoras] se a gente atraísse mais olhares, principalmente político, coisa que não tem, pro nosso lado”. (E2)

“Eu colocaria assim posto de saúde aqui e a escola eu melhoraria, o transporte também, consertaria as estradas porque estão péssimas e é isso”. (E4)

“Se tivesse, talvez tivesse um prefeito ou uma autoridade melhor acho que as coisas estariam bem mudadas”. (E4)

“Fazer uma escola aqui, para que não demorasse tanto. Pra estudar todo mundo aqui e não precisar sair daqui”. (E6)

“Eu penso em me formar, eu penso. Já tô quase me formando, falta só um ano, esse e outro. Eu penso em me formar e trabalhar pra poder ajudar minha família pra não ficar esperando nem dependendo de ninguém [...] fazer uma faculdade e fazer alguma coisa por aqui mesmo pra não sair daqui”. (E2)

Capinan e Cardel¹⁹ (2011) acreditam que as estratégias de enfrentamento podem surgir por meio do reconhecimento da identidade étnica, o que incitaria as comunidades remanescentes quilombolas a se mobilizarem politicamente no que se refere à luta pela cidadania.

Calheiros e Stadler⁵ (2010) consideram que, à medida que um indivíduo assume uma identidade, seu posicionamento político se torna mais ativo, colocando-se de outra forma perante a sociedade. Dessa forma, os quilombolas enfrentam e pressionam as diversas instâncias conservadoras da sociedade para conquistar espaços nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo, pode-se constatar que, apesar da identidade individual, social ou étnica ser

Identidade étnica: percepção de adolescentes quilombolas.

ALVES, T. A.; SANTOS, E. N. B.; SANTOS, I. M.; OLIVEIRA, R. L.; WHITAKER, M. C. O.; SAMPAIO, C. A.; CAMARGO, C. L.

um processo em constante construção, os adolescentes em estudo se reconhecem como quilombolas e muitos se sentem orgulhosos dessa condição.

Os fatores que podem contribuir positivamente para esse processo são: a escola local de Ensino Fundamental atender às normas da legislação vigente no que tange o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira; os laços consanguíneos que contribuem para que os adolescentes se sintam valorizados, reconhecidos e seguros no ambiente; e a valorização dos aspectos culturais e sociais de sua comunidade.

Como fatores negativos identificados pelos adolescentes, podemos citar as questões estruturais da comunidade de Vila Monte Alegre, onde não há pavimentação nas ruas, saneamento básico, serviços de saúde e escolas de Ensino Médio, além da existência de poucas oportunidades de lazer.

A identificação de fatores positivos e negativos revela que os sujeitos do estudo possuem consciência crítica e política a respeito da comunidade em que vivem. Esse fato pode ser considerado de extrema importância para a proposição de ações de enfrentamento dos problemas locais e estratégias de superação da exclusão histórica que vivenciam.

Ainda que vivenciem dificuldades em relação à educação e condições de habitação que impactam negativamente em suas condições de vida, a maioria dos adolescentes deste estudo tem uma percepção positiva de si mesmos e de sua comunidade.

Os dados identificados poderão ser utilizados no planejamento de ações que incentivem o orgulho étnico e a autoestima da população quilombola de Vila Monte Alegre.

APOIO FINANCEIRO

Bolsa de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, destinada a servidor público.

co estadual - FAPEMIG.

REFERÊNCIAS

1. SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. Desenvolvimento da Identidade em Adolescentes Estudantes do Ensino Médio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 3, p. 326-333, 2009.
2. CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e terra, 2010.
3. OLIVEIRA, R. C. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. *Sociedade e cultura*, v. 6, n. 2, p. 117-131, 2003.
4. LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Rev. Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.
5. CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Rev. katálysis*, v. 13, n. 1, p. 133-139, 2010.
6. DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v.12, n.23, 2007, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 18 jul. 2014
7. MARTINS, L. A. *Cuidado ao recém-nascido em comunidade quilombola e a influência intergeracional*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
8. OLIVEIRA, E. F.; JESUS, V. S.; SIQUEIRA, S. M. C.; ALVES, T. de A.; SANTOS, I. M.; CAMARGO, C. L. Promovendo saúde em comunidades vulneráveis: tecnologias sociais na redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. *Rev Gaúcha Enferm*, v. 36, p. 200-206, 2015.
9. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
10. VERAS, M. F. P.; DE BRITO, V. G. Identidade Étnica: A dimensão política de um processo de reconhecimento. *Revista de Antropologia*, v.5, n. 4, p. 106-125, 2012.
11. BRASIL. Decreto Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DECRETO DO EXECUTIVO, Brasília, DF, 20 nov. 2003. 182o da Independência e 115o da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 16 nov. 2014
12. BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 2003. 182o da Independência e 115o da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 04 mai. 2016.
13. BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE

2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução CNE/CEB 8/2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 26, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> Acesso em: 04 mai. 2016.
14. LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. *Seminário Saúde da População Negra do Estado de São Paulo* 2004. São Paulo: Instituto de Saúde; 2005. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas_sc3.pdf> Acesso em: 18 jul. 2014
15. FERREIRA, R. F. *Afrodescendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
16. JODELET, D. A alteridade como processo e produto psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
17. HALBAWACHS, M. Memória coletiva e memória histórica. In: _____ *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais LTDA. 1990. cap. 2, p.53-89. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/maurice-halbwachs-a-memoria-coletivapdf.html>> Acesso em: 19 mai. 2016.
18. SANTOS, G. L.; CHAVES, A. M. Ser quilombola: Representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. *Estudos de Psicologia I*, v. 24, n. 3, 2007, p. 353-361.
19. CAPINAN, U.; CARDEL, L. O quilombo que remanesce: impactos da política pública de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA. *Aval*, ano 4, v.2, n.8, p. 27-40, jul-dez, 2011. Disponível em: <http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/3d/Pg-27-40-ARTIGO-3-Ubiraneila_AVAL-8.pdf> Acesso em: 04 mai. 2016.
20. CARMO, C. M.; MAGALHAES, C. M. Sincretismo e questão racial: relações lexicais e representações conflitantes em dois jornais e duas revistas impressas brasileiras. *Delta*, v. 26, n. 1, p. 25-57, 2010.
21. SILVA, J. A. N. Condições Sanitárias e de Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. *Saúde Soc*, v.16, n.2, p.111-124, 2007.
22. BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul.1990. 169º da Independência e 102º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 22 nov. 2014.